

Comparação entre as políticas de café do Brasil e da Etiópia a partir de 1990¹

Rafael Jacomini²
Carlos José Caetano Bacha³
Karina Guimarães Ferracioli⁴

Resumo – Este trabalho faz uma comparação entre a política e a produção cafeeira do Brasil e da Etiópia depois da desregulamentação do mercado do café que ocorreu nesses países a partir da década de 1990. Para tanto, foram avaliados os dados disponíveis, além de uma revisão bibliográfica sobre o assunto. O estudo concluiu que, apesar de semelhanças, os dois países não podem ser considerados concorrentes no mercado internacional de café, pois não é o mesmo o foco de suas produções.

Palavras-chave: comércio internacional, desregulamentação, política agrícola, produção cafeeira.

Comparison between the politics of coffee in Brazil and Ethiopia since 1990

Abstract – This paper aims to compare coffee policy and production between Brazil and Ethiopia during the coffee-market deregulation in course since the 1990s. Secondary dataset as well as available literature are used to achieve this objective. Despite some similarities, the study concluded that both countries cannot be considered as competitors into the international market of coffee, because their market-orientation and production structure of coffee are different.

Keywords: International trade, deregulation, agricultural policy, coffee production.

Introdução

De acordo com Ponte (2002), o café é um produto global e o principal produto para geração de divisas estrangeiras em muitos países em desenvolvimento. Pode-se descrever o comércio mundial de café como tendo países em desenvolvimento como produtores e exportadores, como é evidenciado por Petit (2007), e países desenvolvidos do hemisfério norte como os principais consumidores, conforme demonstra

o estudo de Daviron e Ponte (2005). Entretanto, também de acordo com esses autores, existem apenas dois países produtores e exportadores de café que apresentam níveis de consumo interno significativo: o Brasil e a Etiópia – com consumo per capita de 6,02 kg/hab. e 2,4 kg/hab., respectivamente, conforme dados do International Coffee Organization (2011).

Além da característica destacada, existe pelo menos mais uma similaridade entre o Brasil e a Etiópia, que é a espécie de café por eles pro-

¹ Original recebido em 25/6/2014 e aprovado em 15/8/2014.

² Bacharel em Ciências Econômicas, mestre em Economia Aplicada, doutorando em Economia Aplicada. E-mail: rafalljacomini@gmail.com

³ Economista pela UFMG, Doutor pela FEA-USP, professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP). E-mail: carlosbacha@usp.br

⁴ Bacharel em Ciências Econômicas, mestre em Economia Aplicada, doutoranda em Economia Aplicada. E-mail: karinaferracioli@gmail.com

duzida, conhecida como “Brazilian Natural”, que pertence ao grupo dos cafés do tipo Arábica, sendo o Brasil produtor também do tipo Robusta. Por fim, a terceira característica comum, mas determinada por forças independentes, é esta: as cafeiculturas de ambos os países sofreram, até a década de 1980, grande interferência do Estado, sendo liberalizadas a partir da década de 1990.

Então, o objetivo geral deste trabalho é analisar, comparativamente, a evolução da política e da produção de café do Brasil e da Etiópia depois da liberalização de seus mercados no início da década de 1990. Para tanto, o trabalho analisa esses países no comércio internacional do café em grão, destacando suas posições entre os principais *players*, tanto exportadores quanto importadores da commodity.

Breve histórico do mercado internacional de café

Período de monopólio brasileiro

O Brasil era responsável, nas duas primeiras décadas do século 20, por cerca de três quartos da exportação mundial de café (DAVIRON; PONTE, 2005). Em fevereiro de 1906, o governo brasileiro firmou o chamado Convênio de Taubaté, conhecido também como uma política de valorização do café, que estabelecia preços mínimos para a compra do excedente. De acordo com Furtado (1964), citado por Eslebão (2007), tal política pretendia restabelecer o equilíbrio entre oferta e demanda de café, com intervenção governamental no mercado para comprar excedentes. O financiamento dessas compras foi feito com empréstimos estrangeiros, e o serviço dos empréstimos eram cobertos com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada. Para resolver o problema em um prazo mais longo, os governos dos estados produtores⁵ deveriam desencorajar a expansão das plantações.

⁵ São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (FURTADO, 1964).

Apesar dos esforços governamentais para reduzir a oferta do produto, a política de valorização acordada pelo Convênio de Taubaté fez com que os preços se mantivessem num patamar interessante para os produtores, o que terminou elevando a produção e consequentemente a posição do Brasil, que, na época, já era o líder do mercado mundial de café (ESLEBÃO, 2007). Assim, por manter os preços internacionais elevados, o Brasil não apenas incentivou sua produção interna, mas também a produção em outros países, como a Colômbia, e o efeito, portanto, foi o aumento da concorrência internacional (DAVIRON; PONTE, 2005).

O principal resultado da política de sustentação do preço do café foi a elevação contínua dos lucros do cafeicultor, o que estimulava novos investimentos na produção, ocasionando, assim, pressão cada vez maior sobre a oferta do produto. Esse mecanismo de defesa da economia cafeeira transferia o problema para o futuro, uma vez que a política de desestímulo era impraticável sem a criação de alternativas (ESLEBÃO, 2007).

Assim, o desequilíbrio máximo aconteceu em 1929 por causa da crise financeira e econômica internacional, cujo efeito foi a diminuição da demanda mundial de café, quando o valor dos estoques brasileiros ultrapassaram 10% do Produto Interno Bruto (PIB), como explica Eslebão (2007). Isso resultou na implementação de um programa de destruição do excedente, que em dez anos foi responsável pela queima do equivalente a dois anos de consumo mundial de café (DAVIRON; PONTE, 2005).

Fragmentação do mercado mundial

Entre as décadas de 1930 e 1950, a exportação de café tornou-se mais fragmentada. Isso ocorreu basicamente por duas razões: pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial, que deixou o mercado europeu quase completamente fechado; e pelo resultado de políticas de imperialismo, que acabaram favorecendo, principalmente,

países africanos de colonização francesa, já que a França oferecia vantagens comerciais a suas colônias. Foi nesse período que as importações de café feitas pela França mudaram do café Arábica latino-americano para o café Robusta produzido em suas colônias (DAVIRON; PONTE, 2005).

Nesse contexto, os Estados Unidos tornaram-se o principal comprador do café latino-americano. Em novembro de 1940, foi assinado o Acordo de Café Interamericano, entre os EUA e os países latino-americanos produtores de café, que tratava de um sistema de cotas de exportações (DI FLUVINO, 1947 citado por DAVIRON; PONTE, 2005).

Então, já no final da década de 1950 o comércio mundial de café foi restabelecido com o fim do controle imperial sobre as importações e com a criação de instituições para o controle de produção e preços domésticos em quase todos os países exportadores da América Latina e na África anglofônica.

Acordo internacional do café

O período de 1954 a 1956 caracterizou-se pela superprodução de café, com o grande aumento da produção no estado brasileiro do Paraná e em outras regiões do mundo, como África, América Central e México. O resultado do aumento de oferta, que não foi acompanhado pelo crescimento da demanda mundial, foi uma queda brusca nos preços internacionais, o que levou, em 1956, a negociações na América Latina visando à estabilização de preços. Com isso, em 1957 os países latino-americanos assinaram o Acordo do México, que foi ainda renovado um ano mais tarde com o nome de Acordo Latino-Americano, sendo meta de ambos os acordos a diminuição das exportações de café. Entretanto, elevações da produção na África, que também era concorrente no mercado norte-americano, poderiam trazer dificuldades à meta dos acordos. Então, em 1959 os países africanos participaram das discussões, e isso levou a um acordo internacional que foi revalidado em 1960 e em 1961 (DAVIRON; PONTE, 2005).

O primeiro Acordo Internacional do Café (ICA) foi assinado em 1962, pela maioria dos países produtores e consumidores de café. Sob o regime do ICA, entre 1962 e 1989 as margens de variação do preço do café eram estipuladas, e as cotas de exportação eram alocadas entre os exportadores. Quando o preço do café ultrapassava a margem superior à que fora estipulada pela Organização Internacional do Café (ICO), as cotas eram relaxadas. Da mesma forma, quando os preços alcançavam o limite inferior da margem as cotas tornavam-se mais rígidas (DAVIRON; PONTE, 2005).

Este mecanismo obteve sucesso por três razões: primeiro, pela participação dos países importadores no sistema de cotas; segundo, pela possibilidade de tratar os países exportadores como unidades, já que a decisão de exportação era estatizada em muitos países; e terceiro, pela aceitação brasileira em diminuir sua parcela de mercado. O fim do período de regulação ocorreu em 1989.

Período pós-regulamentação

Com o fim do período de regulação do ICA, os estoques que antes eram controlados pelas agências estatais passaram para as mãos do setor privado. Houve também grande movimentação dos estoques antes mantidos nos países produtores e que passaram para os países consumidores, o que acabou por derrubar o preço do café. Os baixos preços mantiveram-se pelos anos subsequentes, com exceção de 1994–1995 e 1997 (Figura 1). Os motivos para estes picos foram, respectivamente, geadas no Brasil e especulação financeira. Entretanto, de forma geral, o ocorrido foi excesso de oferta, com constante aumento da oferta internacional de café, que crescia em média 3,6% ao ano, ao passo que a demanda crescia à taxa de 1,5% ao ano.

Um fator que influenciou a elevação da produção foi o drástico aumento da produção do café Robusta no Vietnã, ao passo que no Brasil elevou-se a produção do café Arábica. Ambos os países desenvolveram na década de 1990 siste-

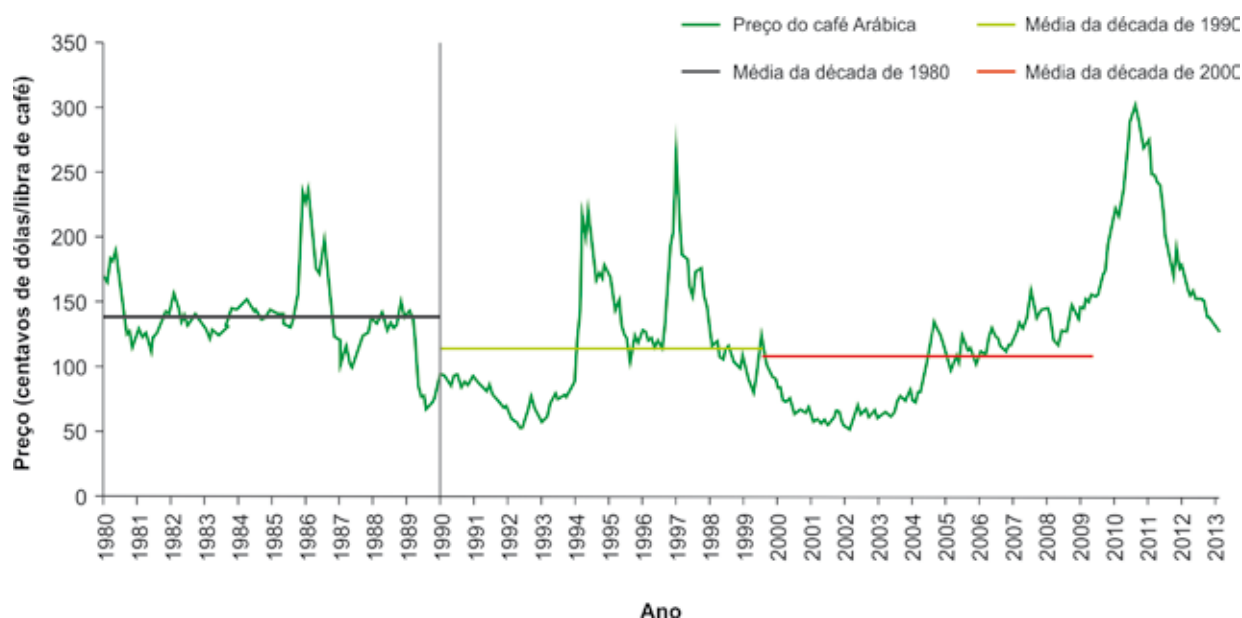


Figura 1. Preço do café Arábica de 1980 a 2013 – em centavos de dólar por libra de café.

Nota: o ano de 1990 está representado pela linha vertical.

Fonte: elaborada a partir dos dados da International Monetary Fund (2013).

mas eficientes de baixo custo de produção, em que tanto a quantidade quanto a qualidade do café cresceram, e isso aumentou a participação desses países no mercado mundial (PETIT, 2007).

O auge do excesso de oferta ocorreu em 2001–2002, período conhecido como “crise mundial do café”, em que o consumo mundial de café foi estimado em 106 milhões de sacas e a oferta foi de 113 milhões de sacas (OSORIO, 2002).

Vale a pena salientar que em 1993 uma instituição chamada Associação dos Países Produtores de Café foi criada, mas que teve pouco sucesso em regular a produção de café mundial, por causa das dificuldades de monitoramento, de controle de estoques e pela ausência de cláusulas punitivas, como é argumentado por Daviron e Ponte (2005).

No Brasil no período pós-regulamentação, ocorreu a liberalização do mercado de café de forma intensa. Nesse período, no ano de 1990, foi extinto o Instituto Brasileiro do Café (IBC), que controlava a política econômica no setor desde a década de 1950. Desde então, a intervenção estatal se deu apenas por gerenciamento e co-

mercialização de estoques públicos e concessão de crédito para cultivo, colheita e processamento final do produto (CUNHA, 2008).

Daviron e Ponte (2005) argumentam que a grande volatilidade de preços no mercado internacional de café, no período pós-regulamentação, não se deve apenas ao fim do mecanismo de estabilização do ICA, mas também ao aumento da atividade de negociação do café no mercado futuro.

Depois do período da crise do café, ocorrida de 2000 a 2004, os preços voltaram a subir (PETIT, 2007). Entretanto, pode-se perceber que ainda existe uma considerável volatilidade dos preços.

A Etiópia no mercado mundial de café

A Etiópia se insere no mercado internacional de café como o maior exportador do continente africano, o sexto produtor do mundo e o sétimo exportador. O café é o principal produto da economia etíope, desempenhando papel central na manutenção dos meios de sub-

sistência direto de mais de um milhão de famílias envolvidas no cultivo e, de forma geral, como meio de subsistência para cerca de 15 milhões de pessoas (PETIT, 2007), contribuindo com cerca de 10% do PIB do país, de acordo com o Ethiopia... (2013). Apesar da importância do café para a economia etíope, a literatura sobre o assunto é muito escassa (PETIT, 2007).

A história etíope é marcada pelo regime ditatorial marxista do Derg, de 1974 a 1991. Durante esse período, o Ministério do Desenvolvimento do Café e do Chá (MCTD) controlava os preços do café no país. Em 1992, iniciou-se uma reforma cuja primeira medida foi o aumento dos preços pagos aos produtores. A Tabela 1 mostra as principais mudanças ocorridas no setor cafeeiro etíope, além do brasileiro (antes do IBC e depois dele) (INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION, 2000; PETIT, 2007).

Dos fatores positivos do café da Etiópia, destaca-se o fato de o país possuir vantagem natural no mercado de café orgânico, sendo desse tipo mais de 90% de sua produção – a Etiópia é o único país a produzir café Arábica em floresta natural. Entretanto, o setor apresenta uma série de problemas, como a alta incidência de antracnose, que, de acordo com Petit (2007), coloca em risco potencial de 50 a 60% da produção. As más práticas de colheita e de pós-colheita também reduzem a qualidade do café, evidenciando a deficiente pesquisa e serviços de extensão para os produtores. Além disso, a falta de dados precisos reduz consideravelmente o âmbito de análise, sendo os vários perfis de sabor do café etíope não totalmente refletidos no atual sistema de classificação nacional.

A Etiópia sofre também com problemas ambientais, dos quais se pode destacar dois, conforme Petit (2007): o primeiro é a degradação ambiental, com as taxas de desmatamento estimadas em 10 mil ha/ano nas áreas de cultivo cafeeiro das partes do sudoeste do país; e o segundo é à poluição dos rios próximos das estações de lavagem de café. Também o fato de a Etiópia ser um dos países que mais sofreram

com a crise internacional do café mostra sua fragilidade e dependência dessa cultura.

Análise do mercado internacional de café em grão

Inicialmente, para a análise do mercado internacional de café em grão, visando avaliar a participação do Brasil e da Etiópia e seus possíveis embates econômicos, é necessário identificar os principais *players* desse mercado. A Tabela 2 mostra os maiores exportadores de café em 2011.

Observa-se que as exportações do Brasil são consideravelmente superiores ao do segundo maior exportador, o Vietnã, que, como foi citado, fortaleceu-se no mercado de café a partir da década de 1990, exportando o café Robusta. Em terceiro lugar está a Colômbia, segundo maior exportador das Américas – exporta o tipo Arábica. A Etiópia, em 2011, aparece em décimo lugar, uma posição atrás de Uganda, mas historicamente a Etiópia é o maior exportador africano de café, bem como o maior produtor do continente. A Etiópia, além de maior produtor de café africano em 2011, foi o quinto maior produtor de café no mundo naquele ano (Tabela 3).

Nas Tabelas 2 e 3, nota-se que os principais países produtores de café também são os maiores exportadores. Isso indica que o produto tem caráter de commodity de exportação. Esse caráter é evidenciado também pela argumentação de Daviron e Ponte (2005) de que Brasil e Etiópia são os únicos países exportadores com consumo interno significativo, 6,02 kg per capita e 2,4 kg per capita, respectivamente, pelos dados do International Coffee Organization (2011). Outro ponto a ser notado: os principais produtores e exportadores de café são países em desenvolvimento.

Quanto aos países importadores, mostrados na Tabela 4, nota-se que eles são desenvolvidos. As Tabelas 3 e 4 sugerem, assim, que o café é tipicamente um produto produzido em países em desenvolvimento e exportado para países

Tabela 1. Comparativo do setor cafeeiro de Brasil e Etiópia.

	Brasil		Etiópia	
	Durante IBC e ICA	Após IBC e ICA	Durante o regime marxista do Derg e do ICA	Após o Derg e o ICA
Canais de Comercialização	Corretores atuando na comercialização com elo entre produtor e comerciantes locais com os portos exportadores. Até 1980 havia cerca de 30 corretores de café especializados	Dinamização por causa da concorrência externa. Elevação da interdependência entre os nichos do setor. Criação de novos nichos de mercado a partir da diferenciação de produto (qualidade, certificação, responsabilidade social, etc). A produção se aloca nas regiões que apresentam melhores condições para o setor, como Minas Gerais e Espírito Santo. Cooperativas desempenham papel fundamental na comercialização	Comércio interno de café, na maioria sob o controle de cooperativas e empresas estatais. A Corporação de Comercialização de Café Etíope (ECMC) é responsável pela maior parte da comercialização interna e externa, controlando mais de 80% do comércio do café inteiro	A ECMC foi desmembrada em duas companhias públicas em 1992, que compravam o café em leilões para exportá-lo. Essas companhias foram fechadas e o café passou a ser exportado pelo setor privado
Regulamentação	Década de 1960 – Política universal de sustentação dos preços. 1962 – Acordo internacional do café. Preços do café verde subsidiados para as torrefadoras. Controle de entrada de novas empresas no mercado e proibição da entrada de indústrias estrangeiras. Tabelamento de preços ao consumidor	Somente quanto à quantidade do café produzido	Licenças de exportação concedidas pelo governo, excessivamente caras. O café lavado era comercializado só por cooperativas e pela ECMC, sendo o comerciante privado excluído desse mercado. Todo o café devia ir para leilão. O café rejeitado no leilão, por não atingir o padrão de exportação, era destinado ao mercado interno	Licenças para a exportação ainda são necessárias, mas seu valor é reduzido, cerca de 125 vezes menor que o valor de antes da liberalização. O setor privado agora pode atuar na comercialização do café lavado. Leilões se mantêm, mas desde 2001 o setor privado pode exportar diretamente
Sistema de cotas	Não há informações	Não há	Sistema de cotas em que os exportadores privados não teriam atuação até a cota da ECMC ser cumprida	Sistema de cotas abolido

Continua...

Tabela 1. Continuação.

	Brasil		Etiópia	
	Durante IBC e ICA	Após IBC e ICA	Durante o regime marxista do Derg e do ICA	Após o Derg e o ICA
Insumos e crédito	Subsídios para a matéria-prima.	Maior parte direcionados para o custeio. O aumento da produtividade aumenta a demanda por insumos tecnológicos	Insumos fornecidos por agências estatais, mas a maioria dos cafeicultores não utilizava fertilizantes, pesticidas nem herbicidas, com exceção das fazendas estatais, por causa do acesso limitado ao crédito	Distribuição de insumos liberada em 1993 com entrada de empresas privadas. Retira-se os subsídios dos insumos em 1997.
Fixação de preços	Por meio de regulamentação de instituição governamental	Mecanismos de mercado determinam preços	Piso do preço de exportação definido pelo Banco Nacional da Etiópia. O preço ao produtor era determinado pelo MCTD	Criado um Comitê para definir diariamente os preços mínimos de café lavado e não lavado. Entretanto, por causa de problemas de ajuste de preços internacionais, esse mecanismo deixa de existir em 2002. O preço ao produtor passa a ser determinado pelo mercado
Taxação	Quota de contribuição	Lei Kandir dispõe sobre a isenção de ICMS sobre os produtos e serviços destinados à exportação	Quatro taxas cobradas encorajavam o contrabando em larga escala para países vizinhos	Substituíram-se as quatro taxas por apenas uma de 6,5% do valor FOB exportado. Isso diminuiu o contrabando
Sistema de pesquisa e extensão	Os investimentos em qualidade deixaram de existir, já que havia nenhum tipo de bonificação para os cafés especiais	Competição internacional eleva a busca por novas tecnologias e formas de atender aos mercados específicos. Classificação do sistema de comércio externo (Sisco-mex), 1997		

Fonte: elaborada com dados de Petit (2007) e Ponciano et al. (2009).

Tabela 2. Principais exportadores de café em grão não descafeinado e não torrado em 2011.

Exportador	Quantidade (mil t)	Market-Share (%)
Brasil	1.764,35	28,15
Vietnã	1.186,28	18,93
Colômbia	450,69	7,19
Indonésia	372,63	5,95
Peru	277,31	4,42
Honduras	244,90	3,91
Índia	239,31	3,82
Guatemala	216,52	3,45
Uganda	179,61	2,87
Etiópia	177,12	2,83

Fonte: elaborada com dados do Comtrade (2013).

Tabela 3. Principais produtores de café em grão em 2011.

País	Produção (mil t)
Brasil	2.700,44
Vietnã	1.276,51
Índia	634
Colômbia	468,54
Etiópia	370,57
Peru	331,55
Indonésia	302
Honduras	282,36
Guatemala	242,84
México	237,06

Fonte: elaborada com dados da FAO (2013).

desenvolvidos, funcionando como importante meio para a captação de divisas. Para ilustrar tal fato, estatísticas da ICO mostram que para a Etiópia o café foi responsável, em 2011, por 31,5% das receitas de exportação e contribuiu com aproximadamente 2,6% do PIB do país. Para o Brasil, no mesmo ano, o café foi responsável por 3,4% das receitas de exportação e contribuiu com cerca de 0,35% do PIB.

Os países da Tabela 4 não são necessariamente os principais consumidores. O café em grão importado pode ser combinado e processado e então exportado com maior valor agregado. Os principais importadores de café em grão do Brasil e da Etiópia são mostrados na Tabela 5, cujos dados revelam que o volume exportado brasileiro é consideravelmente maior que o etíope. Por exemplo, as exportações etíopes para a Alemanha em 2012 – maior importador do café etíope nesse ano – equivaleram às exportações brasileiras para a França, o quinto maior comprador do café brasileiro em 2012.

Tabela 4. Principais importadores de café em grão não descafeinado e não torrado em 2011.

País	Importações (mil t)
Estados Unidos	1.277,7
Alemanha	1.141,2
Itália	465,27
Japão	415,63
Bélgica	300,97
França	241,39
Espanha	240,46
Canadá	143,43
Grã-Bretanha	141,55
China	122,58

Fonte: elaborada com dados do Comtrade (2013).

Outro fato importante: dos dez maiores países importadores de café do Brasil ou da Etiópia em 2011 e 2012, seis compram dos dois: EUA, Alemanha, Japão, Bélgica, França e China – que inclusive estão entre os dez maiores importadores mundiais (Tabela 3). Isso indica uma possível concorrência entre os dois países no mercado mundial.

Análise da evolução da cafeicultura no Brasil e na Etiópia

Esta seção apresenta a evolução da área plantada, da produção e da produtividade da cafeicultura no Brasil e na Etiópia depois do fim do regime do Derg, isto é, de 1993 em diante.

Tabela 5. Principais importadores de café em grão não descafeinado e não torrado do Brasil e da Etiópia em 2011 e 2012.

Principais importadores de café (mil t)					
Brasileiro			Etiópe		
Importador	2011	2012	Importador	2011	2012
1° Estados Unidos	393,74	303,71	Alemanha	56,53	56,92
2° Alemanha	381,23	295,56	França	14,71	13,66
3° Japão	131,41	121,38	Estados Unidos	15,85	11,55
4° Bélgica	78,43	71,86	Japão	8,02	11,27
5° França	57,94	48,88	Bélgica	7,37	7,05
6° Espanha	51,68	36,4	Suécia	7,95	6,36
7° Suécia	38,23	35,17	China	6,51	5,78
8° China	41,39	33,95	Coreia do Sul	3,43	4,02
9° Argentina	27,81	30,22	Austrália	2,14	3,28
10° Canadá	31,98	29,69	Rússia	2,53	3,27

Fonte: elaborada com dados do Comtrade (2013).

Conforme a Figura 2, na Etiópia a área plantada com cafeeiros permaneceu relativamente constante de 1993 até 2004 e depois apresentou crescimento contínuo. No Brasil, a área plantada apresentou queda de 1993 até 1995, experimentou aumentos constantes desse ano até 2003 e, de 2004 em diante, voltou a cair.

Portanto, a área plantada não tem evoluído da mesma forma nos dois países. Quando se confronta sua evolução no Brasil com os preços

internacionais da Figura 1, nota-se que, de forma geral, desconsiderando os picos de 1995 e 1997, quando a área plantada no Brasil elevou-se, os preços internacionais caíram; e quando a área plantada caiu, os preços se elevaram. A Etiópia não apresentou este comportamento, tendo havido inclusive elevação de sua área plantada nos últimos anos do período analisado, quando houve elevação dos preços internacionais do café.

Embora a Figura 2 mostre que a área plantada de cafeeiros no Brasil apresentou tendências de crescimento e decréscimo, a produção de café, conforme a Figura 3, apresentou apenas tendência de crescimento, a despeito da notável sazonalidade bianual. Já a Etiópia não apresenta a mesma sazonalidade bianual nem uma única tendência. A evolução da produção de café na Etiópia, no período analisado, pode ser separada em três: do início do período até 2001, em que a produção manteve-se relativamente constante, conforme dados da FAO; de 2001 até 2005, quando a produção de café no país declinou; e a partir de 2005, em que se evidencia tendência de aumento da produção.

A partir das informações de área plantada e de produção é possível chegar à produtividade média (Figura 4).

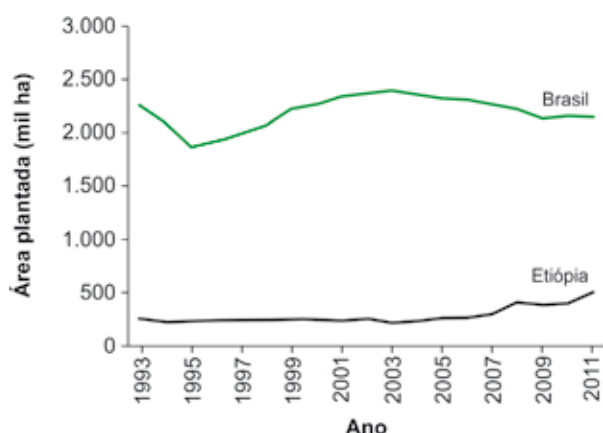


Figura 2. Evolução da área plantada de café (Arábica e Robusta) no Brasil e na Etiópia, em mil ha, de 1993 a 2011.

Fonte: elaborada com dados da FAO (2013).

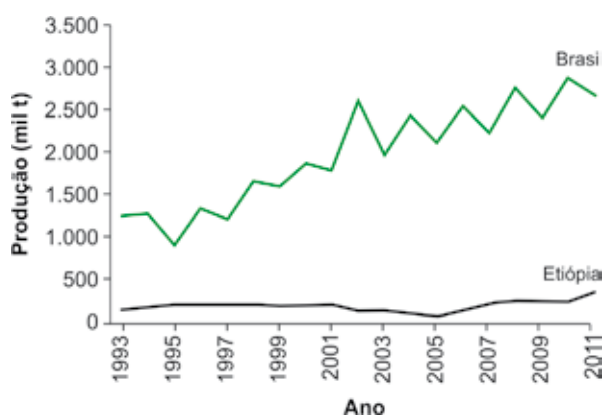


Figura 3. Evolução da produção de café no Brasil e na Etiópia, em mil t, de 1993 a 2011.

Fonte: elaborada com dados da FAO (2013).

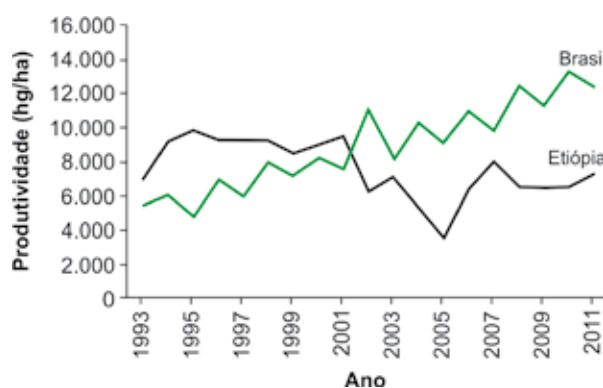


Figura 4. Evolução da produtividade de café no Brasil e na Etiópia, em hectogramas por hectare, de 1993 a 2011.

Fonte: elaborada com dados da FAO (2013).

É possível inferir que o aumento contínuo da produção brasileira de café (Figura 3) deve-se ao aumento contínuo da produtividade (Figura 4). Já a Etiópia apresentou variações bruscas na evolução de sua produtividade, com queda entre 2001 e 2005, o que explica a queda de sua produção nesses anos (Figura 3).

Observou-se também no período analisado que o coeficiente de correlação entre as séries de produção e da produtividade é de 0,98 para o Brasil, o que reforça a ideia de que há forte relação entre as duas variáveis. Já o valor de 0,42 para a Etiópia permite dizer que a variação da produção não tem como fator principal ganhos de produtividade.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo geral analisar e comparar a política e a produção cafeeira do Brasil e da Etiópia depois da desregulamentação do setor ocorrida na década de 1990. A partir dos resultados discutidos na seção anterior, fica claro que apesar de semelhanças, como o tipo de café produzido, o alto consumo interno e mercados com alta interferência estatal até a década 1990, os dois países apresentam grandes diferenças e não podem ser considerados concorrentes diretos no mercado internacional.

Enquanto no Brasil o café é um dos diversos produtos componentes das exportações agrícolas e representou 0,25% do PIB em 2013, na Etiópia ele é responsável por 10% do seu PIB, o que pode levar efeitos desastrosos ao país em situações de crise internacional dos preços do produto. E como não há uma instituição internacional capaz de regular o mercado de maneira a reduzir as flutuações dos preços do café, é frágil a economia de países cujo café é a base de suas exportações.

Finalmente, outro ponto relevante está no foco dado à produção dos dois países. Enquanto na Etiópia o café é orgânico na sua maioria, no Brasil a preocupação é com a produtividade alcançada na lavoura, fato facilmente demonstrado pela alta correlação entre ganhos na produção e na produtividade discutidas anteriormente.

Referências

- COMTRADE. **UN Comtrade database**. 2013. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/>>. Acesso em: 16 nov. 2013.
- CUNHA, D. A. da. **Integração de preços no mercado internacional de café**. 2008. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- DAVIRON, B.; PONTE, S. **The coffee paradox: global markets, commodity trade and the elusive promise of development**. London: Zed Books, 2005.
- ESLEBÃO, I. O espaço rural brasileiro em transformação. **Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia**, Lisboa, v. 42, n. 84, p. 47-65, 2007.
- ETHIOPIA expects policies to yield higher value addition in coffee and tannery industries. Addis Ababa: United

Nations Commission for Africa, 2013. (Economic report on Africa, 2013).

FAO. **FAOSTAT**. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/site/567/DesktopDefault.aspx?PageID=567#ancor>>. Acesso em: 8 nov. 2013.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION. **ICO/CFC study of marketing and trading policies and systems in selected coffee producing countries: Ethiopia country profile**. London, 2000.

INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION. **ICO indicator prices: annual and monthly averages: 2001 to 2014**. 2011. Disponível em: <<http://www.ico.org/prices/p2.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **IMF primary commodity prices**. 2013. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/res/commod/index.aspx>>. Acesso em: 16 set. 2013.

OSORIO, N. **The global coffee crisis: a threat to sustainable development**. London: International Coffee Organization, 2002.

PETIT, N. Ethiopia's coffee sector: a bitter or better future? **Journal of Agrarian Change**, Hoboken, v. 7, n. 2, p. 225-263, Apr. 2007.

PONCIANO, N.; SOUZA, P.; NEY, M.: Ajustamentos na cadeia agroindustrial do café brasileiro após a desregulamentação. **Revista IDeAS**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 256-287, 2009.

PONTE, S. The 'latte revolution'? Regulation, markets and consumption in the global coffee chain. **World Development**, Oxford, v. 30, n. 7, p. 1099-1122, Jul. 2002.